

Inclusão social na educação infantil

Cristina Hill Fávero

Universidade do Estado de Minas Gerais

cristina.favero@uemg.br

Maria Nazaré da Paz Ferreira Duarte

Universidade do Estado de Minas Gerais

nazareduarte32@gmail.com

Resumo

Estudo bibliográfico sobre a educação infantil e sua importância na construção educacional do indivíduo. Levanta questões relacionadas à inclusão e a formação docente para atuação nesta etapa da educação.

Palavras-chave: Educação Infantil; Inclusão; Formação docente.

Considerações iniciais

Aprofundar conhecimentos sobre a inclusão, é foco de estudos para que no futuro possa servir de base para auxiliar o fazer profissional de todos que busquem a implementação de uma educação de qualidade para todos.

Apesar da disseminação de diversas informações e leis que obrigam a aceitação de crianças de todos níveis sociais, há possibilidade da existência de escolas, professores, funcionários que as excluam por ter alguma deficiência ou com nível social inferior ao deles, parece não condizer com os estudos atuais.

Posto isto, no cenário contextual, tem-se que o direito à educação deve ser garantido às crianças e adolescentes, uma vez que, milhares destas ainda se encontram fora do ambiente escolar, seja por falta de condições financeiras, de transporte, motivação ou condição física. Nesse sentido, a relação deficiência, classe social e/ou raça e escola estão intimamente atreladas, pois, ela atinge o processo da aprendizagem escolar, e se manifesta, de maneira geral, em dessemelhanças escolares, reciprocamente.

Tendo em vista a dificuldade da inclusão do desigual na escola, o presente trabalho teve por objeto identificar a referida problemática vivida por estes, ou seja, analisar o direito

à educação às crianças e adolescentes que não se encontram inseridas no educandário em detrimento da dessemelhança social e/ou física.

Referencial teórico

A Educação é um assunto que repercute em diversas discussões e debates, não tendo como esgotar em razão da importância do tema. Pois, é através dela que nos tornamos pessoas melhores, com maiores pretensões e possibilidades profissionais e pessoais.

Aliás, o direito à educação deve ser assegurado às crianças, mas infelizmente há muitas delas que estão fora da escola, seja por não ter condições financeiras, de transporte, motivação ou quaisquer que sejam as causas geradoras.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas de zero a seis anos são essenciais na formação e desenvolvimento do ser humano. O que se aprende nesta fase pode deixar sinais para o resto da vida, em virtude disso, que a educação infantil é o momento de contato da criança com o mundo, com todos os que a rodeiam e consigo própria. Ademais, entender o motivo da importância dessa didática e sua ajuda para a sua formação e aprendizagem é também estimular e colaborar para suas conquistas na sua vida.

Segundo Oliveira (2012, p.17), “o que a educação infantil busca hoje é redefinir os dois termos, integrando-os em uma única meta: meditar o desenvolvimento sociocultural de nossas crianças desde seu nascimento”. A educação infantil é uma importante etapa no desenvolvimento da criança, pois é durante esta fase que as bases do indivíduo dão início a sua estruturação, uma vez que, são instigados e iniciados os procedimentos de formação.

Cumprir mencionar que a criança precisa de todas as suas condições de formação existentes no trabalho escolar da educação infantil. Dessa forma, Paniagua e Palácios (2007) relatam que as crianças na fase da educação infantil, ao contrário do que se mostrava antigamente, não são simples destinatárias impassíveis do conhecimento, mas sim, formadoras e revolucionárias de informação.

No Brasil, a educação infantil se iniciou segundo Lopes (2003), no ano de 1875, com a acomodação de jardins de infância, asilos infantis e orfanatos, e, nesse dado momento foram observados por pesquisadores como Froebel, Piaget e Vygotski almejando uma aprendizagem de mais eficiência. Aliás, foi analisado como a criança interage com o meio e com o contato direto com o objeto, pois é nessa perspectiva que a aprendizagem surge, tendo em vista que melhora o ensino, e a eficiência deste nível educacional.

Com o passar dos anos, as instituições de educação infantil foram se transformando, onde apenas no século XIX, é que surgem às creches, casas de infância, escolas, maternais e jardins de infância. (DIDONET, 1991)

Posteriormente, no começo do século XX, a educação infantil passa a adaptar a criança e seu desenvolvimento infantil, o que não se admite de buscar na atualidade uma educação de qualidade e eficiência com profissionais especializados. (LOPES, 2003)

Com todas essas mudanças as escolas infantis tornaram-se lugares de suma importância para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. Aliás, a “Constituição Federal de 1988”, aprecia o caráter educacional dessas instituições, passando dessa forma, a educação infantil a ser direito da criança e dever do Estado, competindo a este manter e oferecer a educação infantil uma firme integração e relevância com o cuidar, o educar e o brincar como elementos basilares no procedimento de ensino e aprendizagem infantil. (MAZZOTTA, 1996)

Com efeito, surgiram leis para concretizar essas peculiaridades educacionais, tendo em vista que, incumbiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 1996 de trazer a educação infantil para a Educação Básica. Razão fundamental para essas primeiras modificações educacionais, que passa de assistencial para um aspecto completamente educacional, onde se inicia a importante ampliação da educação infantil no procedimento de formação, desenvolvimento, integração, socialização e aprendizagem.

O direito social das crianças à educação encontra-se consagrados na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988, segundo o artigo 208, § 4º, escrito e editado pela Emenda Constitucional (EC) nº. 53, de 19 de dezembro de 2006, que adota a educação infantil como dever do Estado, sendo ainda reafirmada posteriormente, pelo “Estatuto da Criança e do Adolescente” (ECA), Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Cumprе mencionar que a partir da “Constituição Federal de 1988” aconteceram progressos expressivos no que diz respeito à Educação Infantil, segundo o Capítulo III, Seção I, do artigo 208, inciso IV: “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] IV: educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até cinco anos de idade”. Nos dizeres do artigo em questão, a educação infantil, em creche e pré-escola, assegura que os seis primeiros anos de vida são essenciais para a criança e a sua formação, bem como para o seu desenvolvimento de personalidade, determinando que a educação infantil é um direito da criança.

Nesse sentido, o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, o qual disciplina assuntos relacionados à criança e ao adolescente, aborda em seu texto legal, nomeadamente em seu artigo 1º, a proteção integral de crianças e adolescentes. Esta proteção é obrigação tanto do Estado, como da família, pelas entidades comunitárias, pela sociedade de maneira geral e por cada cidadão. (BRASIL, 1990)

Há outra lei que trata sobre a educação infantil, isto é, a Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9.394 de 1996, a qual normatiza o sistema educacional brasileiro, tratando em seu texto legal que a fase inicial da educação básica é um direito das crianças de até cinco anos de idade segundo seu artigo 4º: “o dever do Estado com educação pública será efetivado mediante a garantia de [...] II: educação infantil gratuita às crianças de até cinco anos”.

Pode-se verificar que a educação infantil é o alicerce na formação da criança, sendo o seu direito garantido mediante leis para todas as crianças, para que estas se tornem um cidadão capacitado, com boas orientações, para que dessa forma, se torne um profissional de qualidade e eficiente. Neste contexto, a formação docente em pedagogia passa a ter papel fundamental na busca de ensino de qualidade.

Antigamente para ser um professor da educação infantil bastava simplesmente gostar de crianças. Dessa forma, esses profissionais trabalhavam nessa área, desempenhavam sua função sem ter uma formação mínima apropriada para esta finalidade. Contudo, para o bem da educação e especialmente para o aluno essa realidade vem se transformando com o passar dos tempos. Uma das razões se dá pela criação de leis que sujeitam estes profissionais terem uma formação mínima necessária para o exercício dessa profissão, essas modificações estão ocorrendo de maneira vagarosa, contudo, satisfatória. (OLIVEIRA, 2012)

O professor é um profissional que deve estar em permanente aprendizagem não apenas durante a sua formação como também enquanto labora dentro ou fora da sala de aula. Nesse sentido, Kulisz (2004, p. 89) diz que: “a professora constrói sua formação enquanto ensina, enquanto aprende e troca com seus pares numa relação muito próxima com a teoria”.

No cenário contextual da educação infantil deve-se valorizar o profissional, bem como capacitá-lo para sua atuação docente, o que a configura: “a atuação profissional do professor, bem como a produção de conhecimento desse profissional, midiaticizada pela leitura, pela escrita e pela reflexão da sua prática, são extremamente relevantes” (MORENO, 2007, p. 61)

Aliás, a educação na atualidade determina algo diferenciado, desse educador. Em virtude disso, tem-se a precisão de uma formação continuada e abarcante, sem perder o que se

estabelece da faixa etária, é a criança e suas particularidades, sua identidade e conhecimento na idealização do saber.

Ainda é fundamental ao professor uma capacitação profissional, tendo em vista que ele é aquele que educa e cuida quando recebe a criança, nas condições mais difíceis, bem como a orienta nas necessidades e lhe inclui nas relações sociais, amparando-a para se sentir bem e confortável, portanto, compete ao professor conhecer seu aluno e suas particularidades, criando dessa forma, uma atmosfera incentivadora e própria para que a educação ocorra, seria a finalidade de cada educador na atualidade. (OLIVEIRA, 2012)

Faz-se necessário elucidar que o docente, também tem sua história, bem como tem sua identidade que necessita ser ouvida e respeitada em sua ocupação, para dentro da sala de aula. Aliás, trata-se de um ser humano que é levado pela afetividade e emoção. Nesse sentido, para que o professor seja valorizado, é preciso ter políticas públicas voltadas para a Educação Infantil e Inclusiva.

Com efeito, no ano de 1994, com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, acesso e qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, tem-se a Declaração de Salamanca (1994), um documento guia às práticas inclusivas nas escolas.

Para Carvalho (2010), educação inclusiva é uma nova maneira de refletir sobre a educação escolar, em que se aprecie a diversidade, considerando esta como fortalecedora do procedimento de aprendizagem, do contato dos indivíduos entre si e com seus assuntos. Em outras palavras, a educação inclusiva tem como finalidade proporcionar uma igualdade educacional, por meio da garantia de acesso e qualidade na educação escolar de todos os indivíduos, até mesmo as que por muito tempo foram marginalizadas.

Embora a educação no Brasil seja um direito, conforme menciona o artigo 205 da Constituição Federal vigente, a realidade dentro das escolas é outra, ou seja, os estabelecimentos de ensino reproduzem o quadro de desigualdades. Uma forma de compreender a discriminação e o preconceito é os dados/índices de alfabetização, escolaridade, permanência da população negra, pobre ou deficiente, por exemplo, que proporcionam uma grande aversão em relação aos ditos brancos, ricos e normais.

Esse problema de aceitar e conviver com as pluralidades culturais proporcionada pelos estabelecimentos de ensino e pelos profissionais envolvidos direta ou indiretamente ao procedimento escolar converte a escola em uma condição de “não-lugar” que impossibilita os educandos de instituírem um elo de identificação com a escola.

As restrições para a aplicação das normas legais que asseguram os direitos, como uma educação de qualidade para todos, acabam por causar um processo educacional que nutre a marginalização de alguns grupos sociais, negando dessa forma, a efetivação dos direitos humanos na sua totalidade. Pablo Gentili (2009) estabelece esse tipo de processo como exclusão includente, chamando a atenção para a “necessidade de pensar o conjunto de dimensões que estão presentes em todo processo de discriminação, alertando para o fato de que, a partir desta multidimensionalidade, a necessária construção de processos sociais de inclusão.” (GENTILI, 2009, p.1061).

A maioria das escolas públicas estão com suas estruturas precárias, pois não têm recursos físicos e financeiros imprescindíveis às práticas educacionais, bem como também a falta de incentivo aos profissionais da educação, causa desmotivação tendo em vista a falta de condições para investir numa formação continuada, que almeje um aperfeiçoamento da prática docente necessária para uma educação de qualidade (ASSIS; FERREIRA; YANNOULAS, 2012).

Tem ainda que se averiguar o currículo estabelecido para a educação que não leva em consideração as diversidades sociais. Pois, tem-se um currículo tradicional que busca uma dignidade abalizada nas práticas educacionais historicamente estabelecidas pelas classes mais altas, e que se torna ineficaz para o cenário educacional de uma classe menos favorecida. Contudo, o problema não está apenas na qualidade e nível do ensino, mas sim na maneira que estabelece as condições do aluno pelas notas conseguidas, por meio de uma avaliação hegemônica que não leva em conta a evolução e conhecimentos variados do aluno (ARROYO, 2013).

Metodologia

Inicialmente, esta pesquisa se caracteriza como um estudo bibliográfico partindo do ponto de vista histórico, que o tema propõe. A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela pesquisa e consulta em livros e nas principais fontes de referências. Segundo Lakatos e Marconi (2011) a pesquisa bibliográfica consiste em fornecer a importância da pesquisa ora elaborada, analisando o que já se produziu sobre determinado tema acadêmico-científico.

A finalidade do levantamento bibliográfico, encontra-se na busca de conhecimentos tanto culturais como científicos já relatados anteriormente, adquirindo

determinadas informações e conhecimentos prévios em relação ao tema para a qual se procura uma certa resposta. (GIL, 2010)

Considerações finais

Verificou-se no presente trabalho que a inclusão escolar tem como finalidade inserir não somente crianças, mas todos os indivíduos, sejam eles brancos, negros ou/ e pobres ou ricos, com a intenção de instigar a socialização de todos na utilização do mesmo ambiente.

Contudo, a desigualdade social tem sido cada vez mais abundante na sociedade e nas relações que a compõem. Dessa forma, tem-se que o tema em estudo é relevante não só para o meio acadêmico, mas também para toda a sociedade, bem como a título pessoal e profissional, pois a inclusão escolar na educação infantil é uma preocupação que se encontra presente na vida das pessoas, especificamente dos pais e professores.

Em razão disso, acredita-se que a escola, através dos currículos e da prática docente, necessita discutir essa temática, afinal, trata-se de um fruto que é resultado da estrutura da sociedade. Nesse sentido, a escola pode possibilitar uma análise crítica da realidade, apontando as condições históricas e sociais que resultaram na desigualdade social em que se vive.

Portanto, chega-se aos resultados e conclusão que a escola desempenha o papel de desenvolver e formar os estudantes, os quais agregaram à sociedade quando iniciam a fase adulta. Em razão disso, o período de vivência escolar é um momento importante para o desenvolvimento de qualquer ser humano.

Referências

ARROYO, M. G. **Os coletivos empobrecidos repolitizam os currículos.** In: SACRISTAN, J. G. (Org.). Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

ASSIS, S.; FERREIRA, K.; YANNOULAS, S. **Educação e pobreza: limiares de um campo em (re)definição.** Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 329-351, maio/ago. 2012.

BRASIL, **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 de abr. de 2019.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.

_____. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996: Brasília**. Wikipédia, 19 de junho de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: 17 de jun. de 2019.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 3ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 11 de jun. de 2019.

DIDONET, Vital. **Educação Infantil**. Humanidades, Brasília, n, 43, 1991.

GENTILI, Pablo. **O Direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina**. In: Educação e Sociedade, São Paulo: Cortez, 2009.

KULISZ, Beatriz. **Professores em cena: O que faz a diferença?** Porto Alegre: Mediação, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 6 ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2011.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIAS FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de educação no Brasil**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MORENO, Gilmara Lupion. **Organização do trabalho pedagógico na instituição de educação infantil**. In: PASCHOAL, Jaqueline Delgado (Org.). Trabalho pedagógico na educação infantil. Londrina: Humanidades, 2007.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Et al. **O trabalho do professor na educação infantil**. São Paulo: Biruta, 2012.

PANIAGUA, Gema; PALACIOS, Jesús. **Educação infantil: resposta educativa à diversidade**. Porto Alegre: Artmed, 2007.